

**ITER Participações S.A.**  
CNPJ 43.697.470/0001-69

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** Somos movidos pela paixão por viajar, descobrir e viver novas experiências. Para o Grupo Iter, o turismo vai muito além de visitar lugares, ele conecta pessoas, desperta emoções e cria memórias que permanecem por toda a vida. É esse espírito de descoberta que orienta nossa trajetória e inspira cada projeto que desenvolvemos. Fundada em 2022, a Iter é uma holding genuinamente brasileira que reúne em seu portfólio alguns dos mais emblemáticos destinos turísticos do país, como o Parque Bondinho Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, e o Parque do Caracol, em Canela, na Serra Gaúcha — lugares que fazem parte da memória afetiva de gerações de brasileiros e encantam visitantes de todo o mundo. Em cada um de nossos ativos, buscamos proporcionar experiências que conectem pessoas à natureza, à cultura e à história do Brasil. Construímos, assim, um ecossistema de atrações que encanta crianças, jovens e adultos, criando lembranças inesquecíveis e fortalecendo o turismo como uma ponte entre destinos e emoções. Nosso compromisso é contribuir para a transformação do turismo brasileiro, oferecendo hospitalidade genuína, valorizando a diversidade cultural do país e operando de forma cada vez mais sustentável e eficiente. Para isso, investimos continuamente em inovação, colaboração e excelência operacional, sempre guiados pelo propósito de encantar pessoas e valorizar os destinos que ajudam a contar a história do Brasil. **Marcas do Grupo Parque Bondinho Pão de Açúcar:** Transporta pessoas para um mundo de encantamento, lazer, entretenimento, gerando experiências sustentáveis inesquecíveis e, principalmente, felizes. **Parque do Caracol:** Um presente da Serra Gaúcha, um local de turismo sustentável, com cachoeiras, trilhas e diversas atividades localizado no município de Canela — RS. **Parque Estadual do Tainhas:** Uma Unidade de Conservação situada no Sul do país, entre os municípios de Jacuira, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, uma região de natureza rústica e intocada. **C2Rio:** Uma das maiores operadoras de turismo receptivo do Rio de Janeiro, com tours em português, inglês e espanhol, para brasileiros e estrangeiros de todas as idades. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança (ASG) estão integradas às ações do Grupo Iter. Como reflexo desse compromisso, a operação do Parque Bondinho é certificada pelos padrões globais do Sistema B, possuimos o selo Great Place to Work (GPTW), que reconhece a empresa como um excelente ambiente de trabalho, e somos signatários do Pacto Global da ONU. No eixo ambiental, adotamos diretrizes internas e metas relacionadas à preservação ambiental, investindo em projetos de reflorestamento e conservação de áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. No âmbito social, conduzimos projetos internos voltados ao bem-estar, desenvolvimento, capacitação, diversidade e inclusão, bem como à promoção da saúde de nossos colaboradores. Em 2025, realizamos ainda o Censo de Diversidade do Grupo Iter, instrumento que fortalece a compreensão sobre o perfil de nossos colaboradores e subsidia a evolução contínua das políticas de inclusão e equidade, cujos principais indicadores são apresentados a seguir. Externamente, mantemos monitoramento e escuta ativa de nossas partes interessadas por meio de canais de comunicação e indicadores específicos, buscando gerar impacto positivo nas comunidades do entorno por meio de ações conjuntas e investimentos diretos e indiretos. Entre as iniciativas de inclusão, destaca-se também a distribuição do Colar do Girassol — símbolo de apoio a pessoas com deficiências não visíveis — no Parque Bondinho e no Parque do Caracol, em Canela (RS). No pilar de governança, o Grupo Iter vem evoluindo de forma consistente ao longo dos anos e atualmente conta com rotinas estruturadas de compliance, incluindo canal de denúncias independente, auditorias internas e externas, emissão de relatório de sustentabilidade, avaliação de riscos estratégicos e atuação de comitês de assessoramento, como os de ética, auditoria, segurança e privacidade de dados e sustentabilidade, entre outros. Como parte do fortalecimento de sua agenda de diversidade e inclusão, o Censo de Diversidade realizado em 2025 identificou a seguinte composição do quadro de colaboradores do Grupo Iter: • 48% de pretos, amarelos e indígenas; • 46% de mulheres; • 13% de LGBTQIAPN+; • 5% de pessoas acima de 50 anos; • 2% de PCDs. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2025:** Em 2025, os parques do Grupo Iter receberam aproximadamente 2,3 mm de visitantes, sendo 2,1 mm no Bondinho e 0,2 mm no Parque do Caracol. A receita total do grupo foi de R\$ 370 milhões, sendo a receita de bilheteria a principal fonte de faturamento do Grupo e representando 87% do total no período. A estrutura de custos do Grupo Iter está totalmente associada à operação dos parques, com destaque para despesas com pessoal, prestadores de serviços operacionais, marketing e outorgas de concessão. No resultado financeiro, observa-se um saldo negativo de juros sobre empréstimos no montante de R\$ 49 milhões, decorrente das captações realizadas com o objetivo de suportar o pipeline de investimentos da Companhia, alinhado à sua estratégia de crescimento e expansão de longo prazo. **Demais eventos ocorridos em 2025: (a) Captação de empréstimos:** Em 14 de novembro de 2025, a ITER contratou um novo empréstimo relativo à Resolução 4.131 junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 100 milhões pelo prazo de cinco anos, com fluxo trimestral para pagamento de principal e juros e carência de dois anos para o pagamento de principal. Em conjunto com o empréstimo, foi contratado com a instituição financeira um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI + 1,50% ao ano, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a ITER. **(b) Emissão de debêntures com partes relacionadas:** Em 06 de outubro de 2025, a NCT realizou sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica em série única para colocação privada no valor de R\$ 35 milhões, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela ITER, possibilitando o repasse à NCT de recursos destinados à gestão ordinária de seus negócios e ao reforço de seu caixa para investimentos futuros nos Parques Caracol e Tainhas. As novas debêntures emitidas possuem prazo de vencimento de 10 anos, remuneração de CDI + 2,30% ao ano e pagamento de principal e remuneração apenas em sua data de vencimento, sem prejuízo de pagamentos em decorrência de resgates antecipados e amortizações extraordinárias facultativas. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a ITER, não há covenants previstos no respectivo contrato. **(c) Reforma Tributária ("Reforma"):** A Reforma Tributária sobre o consumo prevê a substituição de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS) e da redução do campo de incidência do IPI. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2027, com transição completa até 2033, não avendo impactos nas demonstrações financeiras de 2024 e 2025. Em 2025, a Companhia iniciou análise técnica dos impactos potenciais dos novos tributos sobre suas operações, contando com consultoria especializada para avaliação dos efeitos fiscais, contábeis e operacionais e para apoiar o planejamento tributário diante do novo ambiente regulatório. Paralelamente, estão em andamento adequações no sistema ERP, com suporte de consultoria especializada, visando assegurar conformidade nos processos de emissão e recebimento de documentos fiscais a partir de 2026. **(d) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021 para mitigar os impactos da pandemia no setor de eventos, concedeu alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS às empresas habilitadas. Em 2024, alterações legais limitaram o programa e resultaram em sua descontinuidade. Até dezembro de 2024, as controladas CCAPA, PATUR, C2Rio e Destinow usufruíam do benefício. A partir de 2025, a alíquota zero de IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à CCAPA, em razão do enquadramento no Lucro Real, e os benefícios relativos a PIS e COFINS foram extintos para todas as controladas a partir de abril de 2025, ocasionando impacto nos resultados pela retomada da tributação integral. Diante do encerramento do programa, o grupo segue acompanhando os desdobramentos legais e adotou medidas judiciais para resguardar seus direitos. Em ação proposta pela CCAPA, foi concedida decisão parcialmente favorável, assegurando, com base no princípio da anterioridade tributária, a manutenção da alíquota zero de PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025 e de IRPJ até janeiro de 2026, além do direito à compensação de valores recolhidos indevidamente, após o trânsito em julgado, estando o processo atualmente em fase recursal. A controlada PATUR também ajuizou mandado de segurança visando à manutenção do benefício, porém a liminar foi indeferida, permanecendo o processo em tramitação e aguardando decisão de mérito. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026. A Diretoria.

**Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro Em milhares de reais**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	77.805	10.419	288.300
Aplicações financeiras restritas	7	-	-	6.829
Contas a receber	8	120	-	33.203
Estoques	-	-	-	1.914
Despesas Antecipadas	9	651	607	2.382
Tributos a recuperar	10	5.186	1.659	6.433
Adiantamento a fornecedores	11	40	747	1.539
Instrumentos financeiros derivativos	20	3.659	-	4.624
Partes Relacionadas - Ativo	12	4.142	35.913	-
Outros ativos circulantes	-	9.189	195	60
		<b>100.792</b>	<b>49.540</b>	<b>345.346</b>
				<b>290.156</b>
<b>Não Circulante</b>				
Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-
Tributos Diferidos	13	-	-	34.887
Tributos a recuperar	10	635	871	1.963
Despesas Antecipadas	9	-	-	14.648
Partes Relacionadas	12	289.001	225.262	-
Depósitos judiciais	24	-	-	1.972
Outros Ativos	-	-	1.825	36
Aplicações financeiras	7	269	268	209
Investimentos	4	183.473	190.110	4.711
Ativo de Direito de Uso	14	1.389	2.028	4.197
Imobilizado	16	16.111	12.063	146.601
Intangível	15	7.109	5.284	203.147
		<b>497.987</b>	<b>437.711</b>	<b>412.431</b>
		<b>598.779</b>	<b>487.251</b>	<b>757.777</b>

**Passivo e Patrimônio Líquido Circulante**

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	17	1.756	1.654	12.784
Salários e encargos a pagar	18	8.916	7.684	16.297
Tributos a recolher	19	2.778	1.398	19.756
Empréstimos e Financiamentos	20	2.163	2.397	18.941
Debêntures/Nota comercial	21	-	107	12.523
Passivo de arrendamento	14	778	1.119	2.455
Dividendos e participações a pagar	22	68.473	10.550	79.463
Receita Diferida	23	-	-	6.670
Partes Relacionadas	12	-	5.428	-
Outros passivos circulantes	-	1.007	118	6.457
		<b>85.870</b>	<b>30.456</b>	<b>175.345</b>

**Não Circulante**

Passivo e Patrimônio Líquido Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributos em discussão judicial	-	-	-	737
Passivo de arrendamento	14	840	1.111	2.055
Empréstimos e Financiamentos	20	108.947	9.394	159.767
Debêntures/Nota comercial	21	198.769	198.299	229.656
Tributos Diferidos	13	2.092	2.092	2.092
Provisão encargos acessórios	-	-	-	5.901
Provisão para perda de investimentos	4	3.976	2.673	-
Provisão para contingências	24	-	-	821
Participações a pagar	22	-	-	10.990
Comodato - Passivo	-	-	-	36
		<b>314.623</b>	<b>208.109</b>	<b>412.056</b>

**Total do passivo e patrimônio líquido**

Total do passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		<b>400.493</b>	<b>238.563</b>	<b>587.401</b>

**Patrimônio líquido**

Patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Capital social		137.206	137.206	137.206
Reserva de capital		57.809	60.595	57.809
Reserva legal		3.270	3.270	3.270
Reserva de Lucros		46.934	-	46.934
Reserva de contingência		-	983	-
Outros Resultados Abrangentes		(300)	(300)	-
		<b>198.286</b>	<b>248.688</b>	<b>198.286</b>

**Participação dos não controladores**

Participação dos não controladores	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		<b>198.286</b>	<b>248.688</b>	<b>170.376</b>

**Total do passivo e do patrimônio líquido**

Total do passivo e do patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		<b>598.779</b>	<b>487.252</b>	<b>757.777</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	26	-	-	343.017
Custo dos serviços prestados	27	-	-	(67.788)
<b>Lucro bruto</b>				<b>275.229</b>
Despesas com vendas	28	(3.462)	(1.864)	(17.737)
Despesas gerais e administrativas	29	(29.003)	(24.658)	(113.487)
Operacionais líquidas		(7)	1.550	526
Resultado de equivalência patrimonial	4	99.237	122.019	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>66.745</b>	<b>97.046</b>	<b>144.532</b>
Receitas financeiras		51.153	10.641	56.755
Despesas financeiras		(49.426)	(8.221)	(96.910)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>1.728</b>	<b>2.420</b>	<b>(40.155)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>68.473</b>	<b>99.467</b>	<b>104.377</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	31	-	1.212	(49.424)
Imposto de renda e contribuição social diferido	31	-	-	12.953
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>68.473</b>	<b>100.679</b>	<b>67.906</b>
Atribuível aos acionistas da Companhia		-	-	68.473
Participação dos não controladores		-	-	(567)
		<b>67.906</b>	<b>93.575</b>	<b>93.575</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>68.473</b>	<b>100.679</b>	<b>67.906</b>
Outros resultados abrangentes		300	(300)	300
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>68.773</b>	<b>100.379</b>	<b>68.206</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1.1 Contexto operacional:** A Iter Participações S.A. ("ITER" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 702, Bloco I, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, foi constituída em 21 de setembro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades simples ou empresariais, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, sob qualquer forma jurídica admitida, bem como a representação de sociedades nacionais ou estrangeiras. A ITER atua como holding operacional e é a controladora da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. ("CCAPA"), responsável pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar, um dos principais atrativos turísticos do Brasil. A CCAPA, por sua vez, possui como subsidiária integral a Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. ("PATUR"), dedicada à prestação de serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia. A ITER é também controladora indireta (por meio, respectivamente, das subsidiárias direta e indireta Iter Parques Participações Ltda. e Iter Parques Caracol Ltda.) da Novo Caracol e Tainhas S.A. ("NCT"). A NCT foi constituída em 11 de outubro de 2022, com o objetivo específico de executar e explorar a concessão de uso das áreas, atrativos e instalações dos Parques Estaduais do Caracol e do Tainhas, situados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme leilão realizado pelo Governo do Estado em 11 de agosto de 2022. Em julho de 2024, a ITER adquiriu 100% do controle da NCT, passando a consolidar integralmente suas operações e reforçando sua posição como operadora relevante no setor de parques naturais concessionados contribuindo para a ampliação da presença do Grupo nos segmentos de turismo sustentável e conservação ambiental. Assim, a ITER detém participações societárias nas seguintes pessoas jurídicas, as quais, conjuntamente com suas respectivas controladas, integram o Grupo ITER ("Grupo"): • Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. ("CCAPA"), responsável pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar, com controle de 100% pela ITER; • Iter Administradora Ltda. ("Iter Adm") – responsável por atividades administrativas e operacionais do Grupo, com controle de 100% pela ITER; • C2Rio Viagens e Turismo Ltda. ("C2Rio") – uma das maiores empresas de receptivo turístico do Rio de Janeiro, focada em experiências personalizadas. A ITER detém 70% de participação; • Destinow Viagens e Turismo S.A. ("Destinow") – agência de viagens on-line com plataforma e tecnologia proprietárias. A ITER possui 90% de participação; • Global Gondola Partners Holdings B.V. – negócio global de turismo experiencial na indústria de turismo de gondolas, bordes

**Demonstração das mutações no patrimônio Em 31 de dezembro Em milhares de reais**

	Capital Social		Reserva Legal		Para contingências		Reserva de Lucros Acumulados		Outros Resultados Abrangentes		Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024			
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>137.206</b>	<b>68.148</b>	<b>3.270</b>	<b>983</b>	<b>63.867</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>273.474</b>	<b>24.208</b>	<b>297.682</b>
Dividendos distribuídos 2023	-	-	-	-	(63.867)	-	-	-	-	-	(63.867)	(32.748)	(96.615)
Incorporação de Empresa Lucro líquido do exercício	-	(4.890)	-	-	-	-	-	-	-	(4.890)	(4.890)	-	(4.890)
Outras Movimentações	-	(2.663)	-	-	-	-	2.663	-	100.679	-	100.679	(7.104)	93.575
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300)	(300)	-	(300)
Reserva Legal não constituída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(56.408)	-	-	(56.408)	(11.699)	(68.107)
Retenção de Lucros	-	-	-	-	44.271	(44.271)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>137.206</b>	<b>60.595</b>	<b>3.270</b>	<b>983</b>	<b>46.934</b>	<b>-</b>	<b>(300)</b>	<b>248.688</b>	<b>(27.343)</b>	<b>-</b>	<b>221.345</b>	<b>(27.343)</b>	<b>194.002</b>
Dividendos distribuídos 2024	-	-	-	-	(46.934)	-	-	(46.934)	-	-	(46.934)	-	(46.934)
Reversão da Reserva de Contingências	-	-	-	(983)	-	-	-	-	-	-	(983)	-	(983)
Outras movimentações	-	(2.785)	-	-	-	-	-	(2.785)	-	-	(2.785)	-	(2.785)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	300	-	300	-	300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	68.473	-	-	68.473	(567)	67.906
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	68.473	(68.473)	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.473)	-	(68.473)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>137.206</b>	<b>57.809</b>	<b>3.270</b>	<b>983</b>	<b>68.473</b>	<b>-</b>	<b>(300)</b>	<b>198.286</b>					

**ITER Participações S.A.**

CNPJ 43.697.470/0001-69

de visitantes, bem como os efeitos positivos decorrentes da entrada em operação de novas atrações e da modernização dos Parques Caracol e Tainhas, incluindo o aumento gradativo do ticket médio por visitante. **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis:** A controladora NCT reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão dos Parques Caracol e Tainhas, de forma linear pelo prazo do contrato. A administração entende que essa é a melhor estimativa para o período inicial das operações dos Parques Caracol e Tainhas. **(b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.2. **(c) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** **(a) Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). As opções de prorrogação em arrendamentos não foram incluídas no passivo de arrendamento porque a Companhia não possui certeza razoável quanto a prorrogação dos contratos. **3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** O Grupo realiza transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas políticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratings Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

**(a) Risco cambial:** O Grupo não possui risco relevante de variação cambial tanto para os anos de 2025 e 2024. Os empréstimos em moeda estrangeira são na modalidade da Resolução 4.131 e foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os derivativos, configurando-se como operação casada de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em Reais. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente e são aceitos somente títulos de entidades classificadas com rating mínimo "A" determinado pela S&P ou rating similares de outras agências. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de bilhetes são liquidadas em dinheiro, através de PIX ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. As vendas para clientes corporativos, tais como agências de viagens, locatários e produtores de eventos são avaliadas pela área financeira, que verifica a qualidade de crédito de cada cliente, levando em consideração a sua posição financeira. Desta forma, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **Impairment de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: contas a receber de clientes decorrentes de locação, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi material. **Contas a receber de clientes:** O Grupo está construindo uma base histórica para a aplicação da abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Atualmente, as perdas de créditos esperadas são efetuadas com base na análise individual dos locatários, agências e vencimento dos títulos, conforme determinado em política interna de contas a receber. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza a análise de créditos vencidos. As contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. A composição de vencimento do contas a receber está demonstrada na nota 8. A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber	
	2025	2024
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	(611)	(2.544)
Aumento na provisão para perdas	(871)	(476)
Reversão de provisão	183	2.409
Atualização juros	-	-
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	(1.300)	(611)

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias. As perdas por impairment em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por impairment liquidadas, no resultado operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada em todas as empresas do Grupo e agregada pela sua tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e planos de investimento. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de

**4 Investimentos: (a) Participação societária nos investimentos**

Nome	País	Negócio	Relaciona-mentos	Participação direta nas ações ordinárias %	Participação indireta nas ações ordinárias %
Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	100	-
Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda.	Brasil	Serviços complementares de entretenimento e mídia	Controlada	-	100
ITER Administradora Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
ITER Parques Participações Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
ITER Parques Caracol Ltda.	Brasil	Holding	Controlada	100	-
Novo Caracol e Tainhas S. A	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	-	100
ITER Fotografias LTDA	Brasil	Serviços de fotografia	Controlada	100	-
Global Gondola Partners Holdings B. V	Exterior	Serviços de turismo	Não Controlada	30	-
C2Rio Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Operador turístico e agência de viagens e turismo	Controlada	70	-
Destinow Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Marketplace de experiências turísticas	Controlada	90	-

**(b) Movimentação dos investimentos**

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	190.110	269.150
Resultado da Equivalência Patrimonial	100.540	122.019
Compra participação da C2Rio	-	(66)
Incorporação grupo TAH na C2Rio	-	1.816
Baixa investimento- TAH	-	1.061
Recebimento de dividendos antecipados - CCAPA	(95.339)	(229.727)
Aporte de capital- Iter Parques	12.223	18.450
Reversão ORA 2024 - CCAPA	(2.785)	-
Aporte capital - ITER Administradora	-	600
Aporte capital- Destinow	-	2.791
Aporte capital- C2Rio	-	18
Aporte capital- ITER FOTO	764	-
Aporte capital- GLOBAL GONDOLA	4.711	-
Recebimento JCP calculados a título de dividendos	(26.750)	-
Recebimento de dividendos adicionais - CCAPA	-	(360)
Agio na aquisição da C2Rio	-	4.359
Em 31 de Dezembro	183.473	190.110

**(c) Movimentação da perda de investimentos**

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	(2.673)	-
Perda de Investimento C2RIO	(1.303)	(2.673)
Em 31 de dezembro	(3.976)	(2.673)

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos ao custo amortizado e valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	77.805	10.419	288.300	242.851
Aplicações financeiras	269	268	7.098	7.813
Contas a receber de clientes	120	-	33.203	22.626
Outros créditos	9.189	195	60	287
	<b>87.383</b>	<b>10.882</b>	<b>328.662</b>	<b>273.578</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Passivos financeiros				
Passivos ao custo amortizado e valor justo				
Fornecedores	1.756	1.654	12.784	9.745
Empréstimos	111.110	6.331	178.707	81.011
Debêntures/Nota comercial	198.769	198.406	242.179	247.912
Outras contas a pagar	1.007	118	6.457	2.257
Derivativos ao valor justo	(3.659)	-	(4.624)	(5.445)
Passivos de arrendamento	1.618	2.230	4.511	3.085
	<b>310.601</b>	<b>208.739</b>	<b>440.014</b>	<b>338.565</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>6 Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e bancos	28	32	993	371
Aplicações Financeiras	77.778	10.387	287.307	242.480
	<b>77.805</b>	<b>10.419</b>	<b>288.300</b>	<b>242.851</b>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo

curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os valores apresentados abaixo são brutos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora			Total
	Até 12 meses	Acima de 12 meses		
Fornecedores	1.756	-	-	1.756
Empréstimos e Financiamentos	-	2.163	108.947	111.110
Debêntures/Nota comercial	-	-	198.769	198.769
	<b>1.756</b>	<b>2.163</b>	<b>307.716</b>	<b>311.635</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Fornecedores	1.654	-	-	1.654
Empréstimos e Financiamentos	-	2.397	9.394	6.331
Debêntures/Nota comercial	-	107	198.299	198.406
	<b>1.654</b>	<b>2.504</b>	<b>202.233</b>	<b>206.391</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores	12.784	-	-	12.784
Empréstimos e Financiamentos	-	18.941	159.767	178.707
Debêntures/Nota comercial	-	12.523	229.656	242.179
	<b>12.784</b>	<b>31.463</b>	<b>389.423</b>	<b>433.670</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Fornecedores	9.745	-	-	9.745
Empréstimos e Financiamentos	-	24.241	56.770	81.011
Debêntures/Nota comercial	-	6.374	241.538	247.912
	<b>9.745</b>	<b>30.614</b>	<b>298.309</b>	<b>338.667</b>

**3.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para dar continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de Administração. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. As tabelas abaixo apresentam os principais índices financeiros do Grupo, que atendem, em 31.12.2025 integralmente aos atuais *covenants* contratuais das linhas de financiamento da ITER e suas controladas:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	289	289
Aplicações financeiras	-	-
<b>Dívida Bruta</b>		
Empréstimos e financiamentos - CP	19	19
Instrumentos financeiros derivativos	(5)	(5)
Endividamentos - CP	13	13
Empréstimos e financiamentos - LP	160	160
Endividamentos - LP	230	230
Participações a Pagar - CP	11	11
Participações a Pagar - LP	11	11
Passivo de Arrendamento - CP	2	2
Passivo de Arrendamento - LP	2	2
Dívida Líquida	154	154
Ebitda LTM	160	160
Alavancagem	1,00	1,00
Covenants	2,50	2,50

**3.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

Ativo	Controladora							
	2025		2024		Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Caixa e equivalentes de caixa	77.805	-	-	77.805	10.419	-	-	10.419
Aplicações financeiras	-	269	-	269	-	268	-	268
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.659	-	3.659	-	-	-	-
Contas a receber	-	120	-	120	-	-	-	-
Empréstimos com Partes Relacionadas	293.143	-	-	293.143	261.175	-	-	261.175
<b>Total Ativo</b>	<b>374.996</b>	<b>374.996</b>	<b>-</b>	<b>374.996</b>	<b>271.862</b>	<b>271.862</b>	<b>-</b>	<b>271.862</b>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e Financiamentos	111.110	-	-	111.110	6.331	-	-	6.331
Fornecedores	1.756	-	-	1.756	1.654	-	-	1.654
<b>Total do passivo</b>	<b>112.866</b>	<b>112.866</b>	<b>-</b>	<b>112.866</b>	<b>7.985</b>	<b>7.985</b>	<b>-</b>	<b>7.985</b>

Ativo	Controladora							
	2025		2024		Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Caixa e equivalentes de caixa	288.300	-	-	288.300	242.851	-	-	242.851
Aplicações financeiras	-	7.098	-	7.098	-	7.813	-	7.813
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.624	-	4.624	-	5.445	-	5.445
Contas a receber	-	33.203	-	33.203	-	22.626	-	22.626
Empréstimos com Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>333.226</b>	<b>333.226</b>	<b>-</b>	<b>333.226</b>	<b>278.735</b>	<b>278.735</b>	<b>-</b>	<b>278.735</b>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e Financiamentos	178.707	-	-	178.707	81.011	-	-	81.011
Fornecedores	12.784	-	-	12.784	9.745	-	-	9.745
<b>Total do passivo</b>	<b>191.492</b>	<b>191.492</b>	<b>-</b>	<b>191.492</b>	<b>90.755</b>	<b>90.755</b>	<b>-</b>	<b>90.755</b>

risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha e remuneradas a taxas de mercado (Iter 100% do CDI, CCAPA 101,7% do CDI, PATUR 98,9% do CDI e NCT 95,1% do CDI). **7 Aplicações financeiras restritas:** Existem aplicações financeiras restritas no grupo, destaca-se na controlada NCT que possui um montante em aplicação financeira registrada no ativo circulante curto prazo no montante de R\$ 6.829 (R\$ 5.245 em 2024) que está sendo utilizado para cumprimento de obrigações de encargos acessórios determinadas no contrato de concessão dos Parques Caracol e Tainhas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras - CP	-	-	6.829	5.245
Aplicações financeiras	269	268	269	2.568
	<b>269</b>	<b>268</b>	<b>7.098</b>	<b>7.813</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Clientes	120	-	17.718	11.203
Administradoras de cartão de crédito	-	-	16.784	12.034
Perdas estimadas	-	-	(1.300)	(611)
	<b>120</b>	<b>-</b>	<b>33.203</b>	<b>22.626</b>

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	120	-	27.870	19.380</

**ITER Participações S.A.**  
CNPJ 43.697.470/0001-69

**15. Intangível em Infraestrutura:** No exercício de 2025, o Parque do Caracol realizou investimentos relevantes em infraestrutura, direcionado à modernização dos ativos, ampliação da capacidade operacional e qualificação da experiência do visitante. A principal entrega foi o novo Mirante da Cascata do Caracol com vista frontal para cascata e uma área aproximada de 1.400m<sup>2</sup> (anterior de 40m<sup>2</sup>), incluindo deck em madeira e piso de vidro, dois pavimentos destinados à operação de restaurantes e um pavimento dedicado à outra ativo que está em construção, o atrativo de aventura Corajoso (operação inédita no Brasil, com circulação suspensa a 130 metros no Vale). No âmbito das obras estruturais, foi inaugurada a Trilha e o Deck do Moinho (intervenção voltada à melhoria do acesso e segurança no percurso até a Cascata do Moinho), 12 novas unidades de churrasqueiras, subestação de energia elétrica com capacidade instalada de 300 kVA, reforma completa do Observatório. Adicionalmente, o parque investiu em um atrativo inédito de aventura na Serra Gaúcha com a implantação do Salto de Pêndulo, que oferece uma experiência única de saltar no Vale e próximo à Cascata do Caracol.

(a) Controladora	Móveis e utensílios		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Equipamentos de Informática		Edificações		Adto. Fornecedores - Imob em andamento		Imobilizações em andamento		Total Controladora	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	237	-	-	-	383	-	817	4.347	-	-	-	-	2.694	8.478	-	-
Adições	28	47	-	-	-	-	750	-	-	-	-	-	3.332	4.157	-	-
Baixas	(8)	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	(11)	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41)	(41)	-	-
Depreciações	(27)	(2)	(83)	-	-	-	(227)	(184)	-	-	-	-	(523)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	231	45	300	-	300	-	1.337	4.164	-	-	-	-	5.985	12.061	-	-
Custo do imobilizado	264	47	417	-	-	-	1.604	4.721	-	-	-	-	5.985	13.037	-	-
Depreciação acumulada	(32)	(2)	(117)	-	-	-	(267)	(557)	-	-	-	-	(975)	-	-	-
Valor contábil	231	45	300	-	300	-	1.337	4.164	-	-	-	-	5.985	12.063	-	-
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	231	46	300	-	300	-	1.337	4.164	-	-	-	-	5.985	12.063	-	-
Adições	-	9	-	-	-	-	967	-	-	2.953	-	-	1.551	5.480	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(28)	(8)	(83)	-	-	-	(102)	1.304	-	-	-	-	(1.936)	(733)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	204	47	216	-	216	-	1.850	5.241	-	2.953	-	-	5.600	16.111	-	-
Custo do imobilizado	264	56	417	-	-	-	2.469	6.025	-	2.953	-	-	5.600	17.784	-	-
Depreciação acumulada	(60)	(9)	(200)	-	-	-	(619)	(784)	-	-	-	-	-	(1.673)	-	-
Valor contábil	204	47	216	-	216	-	1.850	5.241	-	2.953	-	-	5.600	16.111	-	-

(b) Consolidado	Móveis e utensílios		Máquinas e Equipamentos		Instalações		Veículos		Equipamentos de Informática		Telefônicos		Benefícios		Edificações		Terrenos		Imobilizações em andamento		Adto Fornecedores - Imob em andamento		Escultura		Total			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2024</b>	2.478	24.663	3.401	415	3.074	1.258	35.681	5.664	5	47.196	-	-	-	-	-	-	-	-	110	123.945	-	-	-	-	-	-	-	
Adições	159	1.095	-	634	1.619	256	44	-	-	14.499	-	-	-	-	-	-	-	-	14	18.319	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	(20)	-	-	(26)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(310)	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciações	(338)	(2.767)	(585)	(115)	(1.065)	(157)	(1.258)	(212)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385	-	-	-	-	-	-	-	-	124	135.433	-	-	-	-	-	-	-	
Custo do imobilizado	6.073	53.734	10.568	1.263	9.481	12.957	57.907	6.844	5	61.385	-	-	-	-	-	-	-	-	124	220.341	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação acumulada	(3.794)	(30.742)	(7.752)	(355)	(5.832)	(11.600)	(23.441)	(1.392)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.908)	-	-	-	-	-	-	-	
Valor contábil	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385	-	-	-	-	-	-	-	-	124	135.433	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385	-	-	-	-	-	-	-	-	124	135.433	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	746	793	68	-	2.206	160	146	-	-	12.351	-	-	-	-	-	-	-	-	9	21.177	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	(9)	-	-	-	(88)	-	-	-	-	(646)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências	(53)	114	5.553	-	(60)	-	2.275	1.304	-	(11.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(286)	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciações	(358)	(2.769)	(985)	(149)	(1.192)	(189)	(1.346)	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	2.605	21.130	7.453	758	4.516	1.329	35.541	6.499	5	61.942	-	-	-	-	-	-	-	-	129	146.602	-	-	-	-	-	-	-	
Custo do imobilizado	6.758	54.642	16.190	1.262	11.535	13.117	60.328	8.148	5	61.942	-	-	-	-	-	-	-	-	129	238.753	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação acumulada	(4.152)	(33.513)	(8.737)	(502)	(7.019)	(11.789)	(24.788)	(1.649)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.152)	-	-	-	-	-	-	-	
Valor contábil	2.605	21.130	7.453	758	4.516	1.329	35.540	6.499	5	61.942	-	-	-	-	-	-	-	-	129	146.602	-	-	-	-	-	-	-	

**16.1. Imobilizações em Andamento:** As adições à conta de Imobilizações em Andamento no exercício de 2025 estão relacionadas às obras do projeto da Tirolesa e aos projetos de revitalização melhorias na infraestrutura do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O andamento das obras de tais projetos está temporariamente paralisado em razão da necessidade de renovação das licenças e autorizações de obras necessárias junto aos órgãos licenciadores competentes, após a recente reversão de decisão liminar proferida no âmbito de ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a CCAPA e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em tramitação perante a 20ª. Vara Federal do Rio de Janeiro. Sem prejuízo de tal paralisação, foram realizadas movimentações relacionadas à manutenção e preservação do investimento, assegurando que a estrutura permaneça em condições adequadas para a retomada das obras. Em junho de 2023, a CCAPA ingressou com recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) visando à cassação da medida liminar referida acima. Após decisão favorável à CCAPA em julgamento realizado pelo TRF-2, o MPF interpôs recurso especial contra a decisão, ao qual foi concedido efeito suspensivo, mantendo-se os efeitos da medida liminar até a apreciação do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em junho de 2025, o STJ concluiu o julgamento do recurso especial, decidindo pelo não provimento do recurso e a consequente derubada da liminar. Após esta decisão do STJ, a CCAPA iniciou os procedimentos administrativos junto aos órgãos licenciadores responsáveis visando a renovação das licenças e autorizações necessárias para retomar das obras do projeto Tirolesa, tendo obtido até então a renovação do (i) Alvará de Obras dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, expedido pela GEO-RIO, da (ii) Autorização Ambiental Municipal dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento e (iii) da Licença de Obras do Morro da Urca, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU), ainda estando em curso na presente data os demais procedimentos para renovação de autorizações e licenças pendentes. Em paralelo, segue em andamento o processo em primeiro grau. Recentemente foi concluída a fase pericial, tendo os resultados dos laudos periciais apresentados sido bastante favoráveis a continuidade e a conclusão das obras do projeto da Tirolesa. Por tais motivos, a administração mantém a convicção de que o desfecho do processo será favorável, possibilitando a continuidade do projeto e garantindo a plena realização do valor investido. **16.2 Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da vida útil dos itens dos ativos imobilizados do Grupo, passando a considerar o resultado desta avaliação a partir de janeiro de 2020. A administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabilmente. **16.3 Impairment:** Não houve indicativos de perda no valor recuperável nos itens do ativo imobilizado do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	1.756	1.654	12.784	9.745
	<b>1.756</b>	<b>1.654</b>	<b>12.784</b>	<b>9.745</b>

Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios do Grupo.

18 Salários e encargos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	17	1	55	7
Provisão Férias e 13º salário	2.998	2.549	5.007	4.254
Provisão PLR/PPR	3.880	3.330	6.195	4.346
Provisão Bônus	2.022	1.804	5.039	4.551
	<b>8.916</b>	<b>7.684</b>	<b>16.297</b>	<b>13.168</b>

19 Tributos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	211	18	463	38
PIS s/ faturamento e Receita Financeira	-	-	1.613	-
IRRF s/ JCP	-	3	222	47
ISS retido a recolher	-	-	1.683	1.294
ISS s/ faturamento	1.025	113	2.206	223
COFINS s/ faturamento e Receita Financeira	199	176	352	298
FGTS a recolher	640	558	1.344	1.028
INSS a recolher	74	34	417	267
CSRF- lei 10.833	-	-	8	42
SIMPLES NACIONAL a recolher	9	12	74	37
Imposto de renda retido - terceiros	612	466	1.056	718
Imposto de renda retido - empregados	2	13	570	151
INSS retido s/ serviços	-	-	-	-
Outros - (Contribuição Sindical, Inss s/ 13º e Fgts s/ 13º)	5	5	16	10
IRPJ/CSLL - Pessoa Jurídica	-	-	9.732	197
	<b>2.778</b>	<b>1.398</b>	<b>19.756</b>	<b>4.349</b>

20 Empréstimos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	2.163	2.397	18.941	18.796
Empréstimos Bancários	2.163	2.397	18.941	18.796
<b>Não circulante</b>	<b>108.947</b>	<b>3.934</b>	<b>159.767</b>	<b>56.770</b>
Empréstimos Bancários	108.947	3.934	159.767	56.770
<b>Total dos empréstimos</b>	<b>111.110</b>	<b>6.331</b>	<b>178.708</b>	<b>75.566</b>

**Instrumentos financeiros derivativos**  
i) **ITER:** Em 14 de novembro de 2025, a ITER contratou um novo empréstimo relativo à Resolução 4.131 junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 100 milhões pelo prazo de cinco anos, com fluxo trimestral para pagamento de principal e juros e carência de dois anos para o pagamento de principal. Em conjunto com o empréstimo, foi contratado com a instituição financeira um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI + 1,50% ao ano, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a ITER. A ITER também possui um outro empréstimo da mesma modalidade (Resolução 4.131) contratado em junho de 2023 junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 7 milhões, taxa de juros de CDI + 3,00% ao ano e com vencimento em 2028. Para este, também foi contratado um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI mais uma componente prefixada. Este Swap foi contratado com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a CCAPA. O empréstimo com o Banco BOCOM BBM já é denominado em Reais, não tendo sido necessária a contratação de instrumentos derivativos para a troca de taxas e exposição cambial. iii) **C2Rio:** A C2Rio possui um contrato vigente de empréstimo relativo à Resolução 4.131 tomado junto ao Banco Itaú em junho de 2023, no valor de R\$ 3 milhões com taxa de juros de CDI + 3,00% ao ano e com vencimento no ano de 2028. Para este empréstimo foi contratado um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI mais uma componente prefixada. Este Swap foi contratado com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a C2Rio. Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são denominados nas seguintes moedas:

REAIS	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
107.452	6.331	174.083	75.385	
EUROS (Travados por NDFs por Resol. 4.131)	17.106	1.191	25.994	12.990
<b>21 Debêntures/Nota corporativa</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	2025	2024	2025	2024
Circulante	-	107	12.523	6.374
Não Circulante	198.769	198.299	229.656	241.538
	<b>198.769</b>	<b>198.406</b>	<b>242.179</b>	<b>247.912</b>

(i) **ITER:** A ITER possui debêntures simples onudas de sua primeira emissão, não conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, emitidas em 28 de setembro de 2024, no valor de R\$ 200 milhões, com prazo de vencimento de 7 anos e remuneração de CDI + 2,00% ao ano paga trimestralmente. A amortização do título terá início em 28 de dezembro de 2026 em periodicidade trimestral. (ii) **CCAPA:** Em 20 de junho de 2024, a CCAPA contratou um empréstimo junto ao Banco do Brasil, estruturado na modalidade de Nota Comercial, conforme disposto no Art. 45 da Lei nº 14.195. A operação foi realizada no montante de R\$ 50 milhões, com vencimento em junho de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,90% ao ano.

**ITER Participações S.A.**  
CNPJ 43.697.470/0001-69

**tos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **34.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **34.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **34.7 Arrendamentos:** A Companhia aluga uma sala de prédio comercial para a sua área administrativa e câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos contratos de arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Companhia utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e . quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. **(f) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **34.8 Ativos intangíveis: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **(c) Direito de Outorga:** O contrato de concessão obtido pela controlada NCT junto ao Estado do Rio Grande do Sul (Poder Concedente) se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado pelo valor pago, sendo a amortização calculada de forma linear pelo prazo do contrato. **(d) Intangível em infraestrutura:** Nos termos do contrato de Concessão e dentro do alcance da interpretação técnica IJPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a controlada NCT atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre o Poder Concedente e a Companhia não determina nenhuma remuneração à Companhia em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. A amortização deste ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão. **34.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e Equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **34.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **34.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **34.12 Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Com-

**Diretor Presidente: Sandro Roberto Fernandes; Diretor Vice Presidente de Operações e Vice Presidente de Finanças: Sergio Luiz Gonçalves Andreoli. Contadora: Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - CRC/RJ: 088926/O-3;**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas Iter Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Iter Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 26 e 34.16):** A principal fonte de receita da Companhia e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração Companhia e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos da Companhia e suas controladas. Verificamos a totalidade das emissões de notas fiscais no exercício. Em base amostral, verificamos os bilhetes emitidos ao longo do exercício e as liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2025 e início de 2026 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável dos tributos diferidos ativos (Notas 13, 31 e 34.14):** Conforme descrito na Nota 9, os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas totalizam R\$ 34.382 mil em 31 de dezembro de 2025. A avaliação do valor recuperável dos tributos diferidos ativos, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do Consolidado, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. O processo de avaliação da recuperabilidade dos tributos diferidos ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade por parte da administração, considerando a entidade como uma UGC, pois é realizado com base em projeções de resultados esperados. Essas projeções consideram premissas, tais como estimativas de crescimento das receitas, rentabilidade, custos e despesas. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pelo Consolidado. Por essa razão, bem como pela magnitude dos montantes envolvidos e pela subjetividade dos julgamentos envolvidos, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos tributos diferidos ativos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais, financeiras e econômicas utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções, além da revisão da modelagem das projeções de resultado e das premissas significativas do cálculo, incluindo as respectivas análises de sensibilidade. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações finan-

panhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **34.13 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **34.14 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **34.15 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **34.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita serviços prestados:** A receita da Companhia é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas demonstrações financeiras ora apresentadas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **34.17 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **35. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/ CPC 40/ IAS 7/ IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras	01/01/2027
IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio	Estabelece critérios para a contabilização e conversão de transações em moeda estrangeira, determinando como avaliar diferenças cambiais e como apresentar demonstrações financeiras consolidadas quando há operações em moedas diferentes	01/01/2027
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros. Inclui também regras para provisão por perda esperada e requisitos de hedge accounting	01/01/2027
IFRS 7 – Divulgações sobre Instrumentos Financeiros	Exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira da Entidade, além de informações qualitativas e quantitativas sobre riscos associados	01/01/2027

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise detalhada dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas, incluindo a IFRS 18. Diferentemente de outras normas, a IFRS 18 traz mudanças significativas na apresentação das demonstrações financeiras, com impactos relevantes para todas as empresas, no entanto sem alterações do resultado da Companhia. Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a administração não espera que os impactos da adoção das demais normas e interpretações novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, sejam relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

ceiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicá-lo. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026.  
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25P000160/F-5  
Cáren Henriete Macchin - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

